

**GALANTERIA, GOSTO E LUXO NOS *ENSAIOS POLÍTICOS, MORAIS E LITERÁRIOS* DE DAVID HUME**

*GALANTRY, TASTE AND LUXURY IN THE POLITICAL, MORAL AND LITERARY ESSAYS OF DAVID HUME*

Caio Souto <sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo examina as ideias de David Hume sobre a relação entre galanteria, gosto e luxo, a partir de seus Ensaios políticos, morais e literários. Para Hume, a galanteria é essencial para manter a harmonia e a cooperação na sociedade, e possui uma relação com a ascensão das artes e das ciências. A delicadeza de gosto é fundamental para apreciar e distinguir pequenas diferenças entre as coisas, enquanto evita que as paixões distorçam o julgamento estético. Por fim, o equilíbrio adequado à moralidade é possível de ser estabelecido em sociedades que cultivam a delicadeza de gosto, por sua vez mais propícia de se desenvolver onde também existe um polimento para a galanteria e para a apreciação comedida do luxo.

Palavras-chave: David Hume; galanteria; delicadeza de gosto; luxo; moralidade.

**ABSTRACT:** This paper examines David Hume's ideas about the relationship between gallantry, taste, and luxury, based on his political, moral, and literary essays. According to Hume, gallantry is essential for maintaining harmony and cooperation in society, and has a relationship with the rise of arts and sciences. Delicacy of taste is fundamental for appreciating and distinguishing small differences between things, while avoiding passions that distort aesthetic judgment. Finally, an appropriate balance of morality can be established in societies that cultivate delicacy of taste, which is more likely to develop where there is also a refinement of gallantry and a moderate appreciation of luxury.

Keywords: David Hume; gallantry; delicacy of taste; Luxury; morality.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas. ORCID: 0000-0001-5736-2262.

## 1 INTRODUÇÃO

### *Os ENSAIOS POLÍTICOS, MORAIS E LITERÁRIOS de David Hume*

O ensaio de David Hume intitulado Da ascensão e do progresso das artes e das ciências compõe a Parte I do volume Ensaaios políticos, morais e literários, publicada originalmente em 1742. Esse livro foi modificado nas publicações posteriores pelo autor, que publicou dez anos depois uma Parte II, incluindo e excluindo alguns textos em versões posteriores. Trata-se de uma obra com a qual Hume se ocupou durante boa parte de sua produção intelectual. Os temas tratados ao longo desse vasto conjunto de texto é bastante amplo, e Hume surpreende ao priorizar ora um aspecto das diferentes realidades que analisa, não se furtando a recortes históricos e geográficos, ora outro aspecto, por vezes tratando de buscar encontrar regras mais gerais que possam ser aplicadas a toda e qualquer sociedade independentemente de seu contexto histórico e geográfico, com conclusões por vezes aparentemente contrárias, o que sempre cuidou para elucidar.

Da origem e do progresso das artes e das ciências se inicia com um alerta para a grande dificuldade em estabelecer regras nesse domínio, em que a figura excepcional do gênio parece predominar. Mas assegura que, apesar de haver exceções, é possível estabelecer certas regras gerais com as quais se ocupará ao longo do texto. Inaugura o ensaio trazendo à tona uma questão bastante comum aos leitores de Hume, o tema da causalidade, segundo o qual se deve determinar, principalmente nos assuntos humanos, se algo é proveniente do acaso ou de causas. Quanto às ciências e às artes, aquele que se dedica a estudar tal domínio está, segundo Hume, mais apto a se enganar com falsas sutilezas e refinamentos. Por isso é-lhe necessária a maior “precisão” (tradução sugerida para *nicety*), exigida àqueles que se procuram distinguir se tal assunto humano é proveniente de causas ou do acaso. No caso de haver causas, diz Hume, deve o escritor utilizar sua engenhosidade para mostrar aos demais homens o que lhes escapa.

Hume afirma, então, que as regras gerais podem ser definidas sempre que algo dependa de um grande número de pessoas, casos em que se pode determiná-las e conhecê-las; o mesmo não ocorre quando se trata de algo dependente de poucas pessoas, quando o assunto passa a ser atribuído, senão ao acaso, a causas secretas e desconhecidas (HUME, 2004, p. 223-224). A primeira razão apontada por Hume para isso é equiparada a uma balança com uma leve

inclinação para um dos lados. Mesmo havendo oscilações, em longo prazo a balança, invariavelmente, recairá para aquele lado. Do mesmo modo, nas ações humanas,

[...]quando algumas causas promovem uma paixão ou inclinação particular, num certo período e em meio a um povo determinado, embora saibamos que um grande número de pessoas pode escapar ao contágio, sendo dominado por paixões peculiares a elas, ainda assim a multidão será certamente levada pelo sentimento comum, que a governará em todas as suas ações (HUME: 2004, p. 224).

Hume demonstra sua regra geral a partir de uma causa atinente às paixões: as paixões de um grande número de pessoas, ainda que não de todas, acaba por prevalecer numa sociedade. A segunda regra, que se segue da primeira, diz que os princípios que afetam as paixões de uma multidão “são sempre de natureza mais rude e obstinada, menos sujeitos a mudanças e menos influenciáveis pela fantasia e pela extravagância pessoais do que aqueles que afetam apenas algumas pessoas” (HUME, 2004, p. 224).

Aquilo que logra afetar uma multidão é de caráter mais rude do que o que vem a afetar a alma, e incitar paixões, num número mais restrito de pessoas. E quanto a esses últimos, somente se devem àquele momento específico em que obtém êxito, raramente se estendendo a outros momentos, sendo extremamente vulnerável a quaisquer mínimas oscilações ou mudanças de circunstância “a sua influência num determinado período jamais assegura que sua influência será a mesma em outra época, mesmo que todas as circunstâncias gerais sejam as mesmas nos dois casos” (HUME, 200, p. 224).

Hume enuncia que as grandes mudanças numa sociedade se devem muito mais a causas gerais do que à índole de alguns poucos indivíduos, sendo estes “mais influenciáveis pela teimosia, pela loucura ou pelo capricho do que por paixões e interesses universais” (HUME, 2004, p. 224-225). Hume cita exemplos concretos para provar que as mudanças na Inglaterra, na Espanha e na França, quando devidas a regras gerais (sempre mais rudes e que afetam mais o gosto da multidão) são mais facilmente analisáveis (caso das mudanças devidas ao comércio e à indústria) do que quando devidas a alguns personagens históricos específicos.

O desenvolvimento do comércio e da indústria se devem, em geral, a princípios mais universais, pois afetam a paixão da multidão (o desejo de ganho é mais rude); já o desenvolvimento dos saberes é mais difícil de analisar, pois mais tênue, atingindo um menor número de pessoas “a curiosidade ou o amor ao saber tem uma influência muito limitada, que

requer juventude, ócio, educação, gênio e exemplo para se apoderar de uma pessoa” (HUME, 2004, p. 225).

Hume conclui, assim, que o pensador deve agir com extremada cautela especialmente quando se propuser traçar a história das artes e das ciências,

[...] para não assinalarmos causas que nunca existiram, nem reduzir o que é meramente contingente a princípios estáveis e universais. Aqueles que cultivam a ciência são sempre poucos em qualquer estado: a paixão que os governa, limitada; o seu gosto e juízo, delicados e facilmente pervertidos: E a sua aplicação é perturbada pelo menor acidente. O acaso, portanto, ou causas secretas e desconhecidas devem ter uma grande influência na origem e no progresso das artes refinadas (HUME, 2004, p. 226).

Hume (2004) utiliza no parágrafo supracitado os termos delicadeza (*delicacy*) refinamento (*refinement*), gosto (*taste*) refinado (*refined*). Para ele, tais gostos pelas artes refinadas, e mesmo pela ciência, se devem sobremaneira à contingência, ao acaso e a causas secretas, pois afetam um número sempre pequeno de indivíduos, ao contrário do comércio e da indústria que costumam afetar a uma multidão. Mas não estende as conseqüências a ponto de aniquilar sua pretensão a concernir certas regras gerais que norteiem o assunto, pois a seguir demonstrará como há elementos que dependem de um grande número de pessoas que concorrem para constituir causalidades que alicerçam tais percepções de gosto e refinamentos, uma vez que os estados livres a fomentam, ao contrário dos governos bárbaros, que os conjuram.

Hume sempre procura evitar limitar em demasia os princípios a partir dos quais pretende analisar a realidade, erro no qual os filósofos estão sempre aptos a cair: “Existe um erro ao qual todos [os filósofos] parecem sujeitos, quase sem exceção: eles limitam em demasia os seus princípios, tornando-se incapazes de dar conta da imensa variedade que a natureza sempre manifesta em suas operações” (HUME, 2004, p. 283). Talvez seja por isso que Hume não se preocupará em classificar e definir sistematicamente cada regime de governo os quais irá analisar nos ensaios, tais como monarquias bárbaras e civilizadas, repúblicas primitivas e modernas, governos livres etc., pois concede maior importância à mistura possível entre tais formas, muito mais observáveis na realidade, quanto são mais difíceis de discernir.

No ensaio Da liberdade de imprensa, por exemplo, Hume exporá a complexa situação da Inglaterra, uma monarquia, que permite uma maior liberdade aos súditos para expressar o que quisessem publicamente do que muitas repúblicas, como a romana antiga, ou a moderna da

Holanda, demonstrando assim que a liberdade, mais apta a ser desenvolvida nas repúblicas, em alguns casos específicos podem ser maior numa monarquia. No ensaio Da origem e progresso das ciências e das artes, Hume igualmente não se furta a quebrar a sistematicidade da divisão dos modos de governo, nem as vantagens oferecidas por um ou por outro.

Não há uma predominância das ciências sobre as artes, ou vice-versa, pois o que leva uma sociedade a desenvolver uma aptidão ou outra são igualmente aspectos essenciais da natureza humana, sem os quais não se pode constituir uma moralidade. Assim, Hume (2004) esclarece que visa atacar os governos tirânicos, sem lei, nos quais não é possível a liberdade, sejam eles monárquicos, sejam republicanos, citando exemplos tais em que repúblicas cerceavam mais os direitos dos indivíduos que certas monarquias, as quais chamou civilizadas, cuja formação do homem galante, dotado ao refinamento e ao cultivo do luxo, seria um aspecto positivo. E se Hume tende a se inclinar à forma de governo republicana, não deixará de criticar muitas repúblicas, sejam antigas ou modernas, e de enaltecer certos aspectos das monarquias civilizadas.

Ainda uma palavra sobre a relação mútua estabelecida pelo autor entre as artes (liberal arts) e as ciências, do ensaio O cético, que demonstra não haver de fato uma dissociação entre elas, e que sua combinação constituiria uma sociedade perfeitamente livre:

É certo que uma dedicação séria às ciências e às artes liberais suaviza e humaniza o caráter, alimentando aquelas emoções mais delicadas em que consistem a honra e a virtude verdadeiras. Raramente, muito raramente acontece de um homem de gosto e de cultura não ser, ao menos, um homem honesto, sejam quais forem as suas fraquezas. A propensão de seu espírito para os estudos especulativos deve atenuar nele as paixões do interesse e da ambição, e ao mesmo tempo deve dotá-lo de uma sensibilidade maior a todas as exigências e deveres de uma vida decente. Ele sente mais plenamente uma distinção moral entre os temperamentos e costumes; e este seu senso de distinção, em vez de ser diminuído, é, ao contrário, altamente ampliado pela especulação (HUME, 2004, p. 297).

## 2 AS ARTES E AS CIÊNCIAS

David Hume acredita haver algo que impeça dedicar o assunto do desenvolvimento das artes e das ciências inteiramente ao acaso:

Embora as pessoas que cultivam a ciência com êxito tão notável a ponto de atrair a atração da posteridade sejam sempre poucas em todas as nações e épocas, ao menos uma parte desse gênio deve existir anteriormente, difuso entre o povo, de onde

surgirão esses autores eminentes, de forma a produzir neles, desde a mais tenra infância, o gosto e o discernimento. A massa de onde saem espíritos tão refinados não pode ser completamente insípida. [...] Portanto, a questão relativa ao progresso das artes e ciências não diz respeito ao gosto, ao gênio e ao espírito de alguns poucos, mas envolve todo um povo e pode, assim, ser em alguma medida analisada por meio de princípios e causas gerais (HUME, 2004: 226).

Assim Hume reitera a assertiva com a qual havia iniciado o texto, segundo a qual nada requereria maior sutileza, delicadeza, refinamento (*nicety*) do que a análise da história das artes e das ciências, embora tal empenho não seja de todo impossível. Hume também atribuirá, como era melhor visto, à geografia e à vizinhança entre as nações o fato de uma dentre elas ser mais desenvolvida quanto às artes refinadas que as outras. Então inicia a enumeração de quatro princípios gerais nesse assunto:

**1ª observação:** “É impossível para as artes e as ciências surgirem, inicialmente, num povo, se este não viver a benção de um governo livre” (HUME, 2004, p. 228).

O autor acredita haver um período dos “primórdios do mundo, em que os homens ainda eram bárbaros e ignorantes” (HUME, 2004, p. 228), quando eles concediam poder a um ou alguns líderes, período em que não havia leis ou instituições políticas. Se o povoado fosse grande, e o monarca apenas uma pessoa, deveria delegar poderes a subalternos para preservar a paz e a ordem. No tempo em que ainda não estava refinado o juízo dos homens, o rei não limitava a autoridade de seus juízes, a ser exercida sobre qualquer parte do povo.

O advento das leis poderia aguardar a elevação dos homens, que necessitariam passar a compreender que há menos inconvenientes em criar leis gerais e aplicá-las. Ainda que as “artes sublimes da poesia e da eloquência” já tivessem sido desenvolvidas, promovendo a agilidade do gênio e da imaginação, poderia ocorrer de o povo ainda não gozar de leis:

Um povo assim governado é um povo de escravos, no pleno sentido da palavra, e lhe é impossível aspirar a qualquer espécie de refinamento, bom gosto ou sensatez. Ele se arrisca a pretender gozar as necessidades primárias da vida, com abundância e em segurança” (HUME, 2004, p. 230).

Não se trata absolutamente de um bom solo para o florescimento das artes e das ciências. Ao instaurar um regime de leis e limitar o poder dos soberanos delegados para controlar certas regiões do reinado, o monarca inaugura as possibilidades de surgimento das artes e ciências em seu território. A república, outrossim, pode, em seu início, possuir tão poucas leis quanto uma monarquia, e conceder aos que exercem o poder (magistrados e juízes) uma autoridade

ilimitada. Porém, as recorrentes eleições podem sempre vir a mudar esse quadro, e “é quase impossível que, com o passar do tempo, não surja a necessidade de limitar o poder dos magistrados a fim de preservar a liberdade, o que dará origem a leis e estatutos gerais” (HUME, 2004, p. 230).

exemplos: a República dos cônsules romanos e as doze tábuas; eis uma definição de Hume para governos livres, aqueles que são regidos por leis e em que há uma maior liberdade dos indivíduos, leis que “são suficientes por si sós, e com as formas de um governo livre, para proteger a vida e as propriedades dos cidadãos, para livrar um homem do domínio de outro e para proteger a todos da violência de seus concidadãos, cf. (HUME, 2004, p. 231).

Aqui sim estamos defronte um solo apto ao crescimento das artes e das ciências. O saber leva os homens a quererem uma forma de governo mais livre e moderada, por isso o saber é contrário à autoridade e, conseqüentemente, é subversivo numa monarquia sem leis, ou mesmo numa república com poucas leis limitadoras do poder dos magistrados. Hume concerne nesse âmbito uma primeira vantagem da república sobre a monarquia: mesmo sendo bárbara, sempre necessariamente caminhará rumo à lei, “antes ainda de a humanidade realizar progressos em outros saberes. Da lei vem a segurança, da segurança a curiosidade, da curiosidade o conhecimento” (HUME, 2004, p. 231).

Já nas monarquias, a lei não decorre naturalmente, sendo até mesmo repudiada pelo soberano. Nesses casos despóticos, não há condições de possibilidade para o surgimento das artes e ciências. Eloqüência, emulação, gênio, capacidade, são atributos que encontram lugar nos governos livres. E Hume prossegue com outra observação:

**2ª observação:** “Que nada é mais favorável ao surgimento da educação e da instrução que a vizinhança de estados independentes ligados pelo comércio e pela política” (HUME, 2004, p. 232).

Isso não apenas se comprova pelo fato de haver uma emulação entre os estados vizinhos que aquece e acelera o desenvolvimento das artes e ciências, como também aumentam os freios ao poder ilimitado e à autoridade entre tais estados próximos. Nos territórios grandes, mais aptos a serem governados por um tirano, pois a repressão é exercida esparsamente, alguns não ficam sabendo do que é exercido quanto a outros, dando pouca margem à revolta, pois a dificuldade de comunicação entre súditos de diferentes regiões inibe qualquer ação subversiva;



não vendo o príncipe com freqüência, pouco sabem sobre suas fraquezas. Grandes estados possuem mais recursos para financiar sua riqueza e pompa, bem como para impressionar seus súditos, o que contribui para sua conseqüente escravidão, o que não ocorre num país pequeno, em que os súditos logo ficam sabendo de tudo que ocorre, de todo ato opressivo; com os súditos próximos, as fraquezas do monarca são logo conhecidas e reveladas.

Decorre disto que as divisões em pequenos estados impedem o avanço excessivo da autoridade e do poder (HUME, 2004, p. 233). Quando há muitos pequenos estados próximos, com um forte intercâmbio nas artes e no comércio,

[...] a sua desconfiança [jealousy] mútua os impede de aceitar muito apressadamente o modelo do outro nas questões das artes e do saber [in matters of taste and of reasoning], o que os leva a examinar cada obra de arte [work of art] com o maior cuidado e atenção [with the greatest care and accuracy] (HUME, 2004, p. 234).

Grande exemplo disso foi a Grécia, com seus múltiplos principados, que logo se tornaram repúblicas, unidos pela sua vizinhança, pela língua e interesses comuns, com um forte intercâmbio cultural e comercial. Foi um solo ideal para o florescimento dos artistas e filósofos, das artes e das ciências que, “não sendo cerceadas pelas restrições da autoridade, foram capazes de fazer avanços consideráveis, que são, até hoje, objeto de nossa admiração” (HUME, 2004, p. 234). Quando a religião católico-apostólico-romana se espalhou pelo mundo, criou um único estado centrado numa só pessoa e o solo para aquele tão nobre desenvolvimento se aridificou. Para Hume, há uma grande importância na troca e no comércio, que emulou, por exemplo, a sociedade grega a desenvolver seus artistas e filósofos. Muitos são os ensaios dedicados pelo autor ao domínio da economia, demonstrando sua inclinação para o assunto. No caso da Europa, que Hume via como muito similar ao da Grécia, mas em maior escala, a troca comercial, a seus olhos, incitaria as trocas culturais, artísticas e diplomáticas, contribuindo para o avanço não só das artes, mas igualmente das ciências.

Mas com o passar do tempo, aquelas boas condições voltaram, “assim, a Europa é, no presente, uma cópia ampliada do que a Grécia foi no passado, num modelo em miniatura” (HUME, 2004, p. 235). A filosofia de Descartes, por exemplo, não se disseminou rapidamente pois outras culturas logo encontraram seus pontos fracos e por isso a recusaram. Com Newton, igualmente, as recusas vieram mais de estrangeiros. A China constitui caso à parte. Trata-se de uma monarquia pura, mas que não chega a ser absoluta. Por possuir poucos vizinhos – apenas



os Tártaros, dos quais estão protegidos pela muralha – e por gozar de enorme população, não sofre ataques externos à sua soberania. Vasto império, língua única, uma só lei e mesmos costumes. Lugar em que as ciências progrediram bem lentamente – cf. (HUME, 2004, p. 236). Prosseguindo o desenvolvimento do ensaio, Hume enuncia uma **3ª observação** que resgata elementos da introdução e das duas observações precedentes, dividindo-a, na verdade, em duas assertivas.

A primeira:

“Que, embora a única Estufa [Nursery – termo usado para definir espaço de crescimento de plantas, geralmente para venda] natural dessas plantas nobres [noble plants] seja um estado livre, mesmo assim elas podem ser transplantadas [transplanted]<sup>2</sup> para qualquer governo” (HUME, 2004, p. 238).

A segunda:

“Que uma república é mais favorável ao crescimento das ciências e uma monarquia civilizada ao progresso das artes” (HUME, 2004, p. 238).

Hume já dissera neste ensaio, como visto, que uma sociedade primitiva começa por ceder poder a um único ou poucos tiranos: são as monarquias bárbaras. E que as repúblicas primitivas também começaram por ter pouquíssimas leis, citando o exemplo da época da criação das Doze tábuas em Roma, que ocorreu à custa de muito sangue (em torno de dez anos de luta entre 462-452 a.C.). Após a criação daquelas leis, para Hume, estariam estabelecidas as primeiras condições para o florescimento das artes e das ciências em Roma. Para o autor, uma república sempre tenderá naturalmente para a consolidação de leis, enquanto numa monarquia isso é mais difícil de ocorrer, e a progressão no sentido de um governo livre é mais lenta.

Agora ele diz que o estabelecimento desse regime de leis a reger um estado grande é sempre muito difícil, e depende não apenas do empenho racional de alguns homens, mas da concorrência de muitos, de experiência, e de tempo (time must bring it to perfection). Agora o autor retoma a ideia de que uma monarquia, ainda que civilizada, impede que o

---

<sup>2</sup> O termo transplantar sugere precisamente que a planta (no caso uma analogia entre solo – estufa – e plantas nobres, as artes e ciências) cresce num lugar e é deslocada tal qual está para outro, onde pode continuar a se desenvolver; mas nunca terá podido brotar nesse segundo local, ou seja, nos governos não-livres, tais quais as monarquias bárbaras ou as repúblicas primitivas, em que há pouquíssimas leis e os magistrados gozam de poderes ilimitados sobre os governados.

desenvolvimento de um sistema de leis prospere e continue quando iniciado seu processo de instauração,

[...] pois tal forma de governo [...] não conhece outro segredo ou política senão o de delegar poderes ilimitados a cada governante ou magistrado e o de subdividir o povo em múltiplas classes e ordens de escravidão. Em tais situações nada de novo se pode esperar nas ciências, nas artes liberais<sup>3</sup>, nas leis, e muito raramente nas artes manuais e manufaturas (HUME, 2004, p. 238).

Hume nota que, embora a dificuldade para o surgimento de um governo livre – o que ocorre a partir de leis que garantam a segurança e a felicidade dos indivíduos –, seja enorme em todos os regimes, uma vez que se deve um grande esforço dos governados, ainda quando facilitada por condições intrínsecas à forma de governo, tal como ocorre numa república, após ter deitado suas raízes, “é uma planta rígida, que dificilmente perecerá na cultura doente dos homens ou pelo rigor das estações” (HUME, 200, p. 239). E partindo dessa afirmação, tece uma importante consideração sobre as artes do luxo e as artes liberais, que para ele são, ao revés da dificuldade que um estado tornado livre encontra para se dismantelar, são essas facilmente perdidas, pois, por depender de gostos e sentimentos refinados, só são apreciadas por uma minoria, qualificada por seu ócio, gênio e fortuna.

Já quanto às artes comuns e descobertas úteis à maioria, são mais dificilmente perdidas ou esquecidas, e a imitação é capaz de levá-las para outros solos, onde podem se desenvolver mais vivamente que as artes superiores, ainda que tenham surgidos posteriormente a estas. Hume atribui o procedimento das monarquias às quais chama civilizadas a essa causa, ou seja, da transplantação de tais artes, e dentre elas das artes de governar, de um governo livre para si, em seu benefício. Hume retoma a idéia já exposta de que o governo despótico não possui inclinação a instituir leis, não podendo, conseqüentemente, aperfeiçoar-se e elevar-se (*refine and polish itself*). Para ele, uma monarquia só poderia incorporar leis e tornar-se civilizada à custa de transplantá-las de outros governos, em geral de governos livres, e somente uma república gozaria do privilégio de poder por si só gerir leis, métodos, instituições etc.

---

<sup>3</sup> Na Idade Média as Universidades dispunham de sete chamadas artes liberais, divididas em dois grupos: o *Trivium* e o *Quadrivium*. O *Trivium* concentrava a lógica, a gramática e a retórica; o *Quadrivium* englobava o ensino da aritmética, da música, da geometria e da astronomia.

Malgrado essa dificuldade encontrada nas monarquias, há para Hume uma grande diferença entre o que concebe como despotismo puro, ou bárbaro, em que não há absolutamente lugar para leis que cerceiem o poder ilimitado do soberano e daqueles delegados por ele para exercer poder sobre os súditos em toda a extensão de seu território, e uma monarquia civilizada. Noutro ensaio chamado Da liberdade de imprensa (Ensaio II do mesmo volume), Hume chega a dizer que um exemplo como o da Inglaterra, uma monarquia, permitiria uma liberdade de imprensa muito maior do que mesmo algumas repúblicas, citando o caso da Holanda.

Mesmo no ensaio aqui estudado, Hume já havia exposto que as repúblicas em seus primórdios dificilmente possuem leis que limitam o poder dos governantes sobre os governados. Mas Hume concebe uma possibilidade grande de mistura, em diferentes graus, de elementos monárquicos e republicanos. No caso da Inglaterra de seu tempo, tratava-se, a seus olhos, de um governo monárquico com elementos republicanos, em que a liberdade prevalecia ao despotismo; o que não ocorrera na Roma imperial, por exemplo, em que foi o despotismo quem prevaleceu. Porque os súditos ingleses desconfiam de seu soberano, dispõem de ampla liberdade de imprensa para criticá-los, o que chega a causar estranheza a um estrangeiro; em Roma, eram os imperadores que desconfiavam dos súditos, por isso eram mais impacientes (HUME, 2004, p. 105).

A monarquia civilizada é um caso singular de governo, pois possui muitos elementos de uma república, que por vezes tendem a prevalecer sobre o despotismo. Uma das causas disso, é que apenas o príncipe possui poder ilimitado sobre tudo e todos, adstritos tão-somente à sua consciência e arbítrio. Já os outros governantes devem se submeter às leis gerais do Estado, não podendo se sobrepor ao que lhes delegam os regulamentos. Por ser apenas um, o príncipe se torna tão longínquo e distante que sua presença chega a passar desapercibida pelos súditos. Livres para gozar de seu direito de propriedade, tal como se fosse numa república, os indivíduos não vêem ameaças à sua segurança, e a maioria dos objetivos da sociedade política é assim atingida (HUME, 2004, p. 240).

O que realmente difere a monarquia civilizada da república é que aqueles que aspiram ao poder na república “precisam olhar para baixo, para obter os sufrágios do povo”, enquanto que na monarquia, com a única exceção do próprio príncipe, os que aspiram a cargos políticos precisam aprender a “cortejar as boas graças e os favores dos grandes” (HUME, 2004, p. 240).

[...] para ser bem-sucedido no primeiro caso, é preciso que um homem se faça de alguma forma útil [useful], pelo seu trabalho [industry], capacidade, ou conhecimento [knowledge]; para prosperar no segundo caso, é preciso que um homem se faça agradável [agreeable], por sua argúcia [wit], afabilidade [complaisance] ou civilidade [civility] (HUME, 2004, p. 240, tradução do autor).

As três primeiras características são mais aptas a ser encontradas num homem de ciência, enquanto as últimas num homem dotado para as belas-artes [polite arts]. Até porque nas monarquias em geral a liberdade de pensamento no campo da religião, da política, da metafísica e da moral é cerceada, já que deve haver uma devoção supersticiosa com respeito ao monarca e ao clero. Conforme observa Donald Siebert, tal assertiva de Hume à primeira vista estaria a exaltar notavelmente a república, pois o que é útil [useful], o gênio, sobejamente superaria o meramente agradável.

Além disso, a monarquia estaria sorvida num temor supersticioso, que inibiria a pesquisa e, conseqüentemente, o conhecimento [knowledge].<sup>4</sup> Mas o comentador nota que Hume se dirige, antes, a um equilíbrio entre as repúblicas e as monarquias. Porém, Hume mostrará que não se pode atribuir à toda e qualquer república o primado sobre toda e qualquer monarquia. Dentre as repúblicas de sua época, Hume nota que são famosas pela falta de polidez. E ao voltar os olhos para as repúblicas antigas, hesita em afirmar que teriam sido diferentes. Se os antigos desenvolveram bem a arte da escrita e da composição, certamente não foram tão bem-sucedidos na eloqüência e na conversação. E nos próximos quatro parágrafos, Hume ilustra o texto com breves descrições de exemplos de falta de polidez dentre ilustres homens romanos sempre em comparação a seus contemporâneos.

Os antigos, para Hume, malgrado sua simplicidade, frequentemente deixaram-se degenerar por obscenidade ou aviltamento, da mesma forma que a ostensiva ornamentação e polidez dos modernos, não raro se transmutou em hipocrisia e falsidade. O tom com que Hume trata as sociedades republicanas modernas, em comparação às antigas, deixa claro que não se inclina unilateralmente perante os governos republicanos, mas antes reconhece seus defeitos: o principal deles, embrutecer o homem, torná-lo rude, obsceno, desagradável. Isso não ocorre nas

---

<sup>4</sup> A citação no original é a seguinte: “A contrast such as this is hardly balanced, for who would not conclude that the republic fosters more considerable values? Even to one unfamiliar with Hume’s emphasis on utility, the useful clearly outweighs the merely agreeable; the genius, the connoisseur. Furthermore, the monarchy is tainted with an atmosphere of superstitious timidity: free enquire cannot be pursued there” [SIEBERT, 1990, pp. 148-149].

monarquias civilizadas, uma vez serem elas o meio apto ao florescimento das boas maneiras, dos costumes refinados, do cultivo das belas-artes, e do luxo. E o autor começa a delinear certos elementos que compõem um equilíbrio entre elementos propícios a uma monarquia civilizada, e os mais aptos a se desenvolverem em terras republicanas.

### 3 A GALANTERIA

Empenhado em desvelar as causas gerais que permitam analisar o fenômeno do surgimento e crescimento das artes e ciências nos diferentes tipos de governo, Hume designa como causa provável do refinamento das monarquias civilizadas modernas aquilo que chama galanteria (*gallantry*), “produto natural das cortes e monarquias” (HUME, 2004, p. 246), para ele uma noção inegavelmente moderna, embora saiba que muitos de seus contemporâneos atribuam mais características negativas a essa noção do que positivas, como por exemplo, Shaftesbury.

Hume descreve a galanteria, característica das monarquias civilizadas, como sendo corretora dos vícios, algo essencial a toda e qualquer sociedade, elucidando haver uma vantagem nas monarquias civilizadas, pois são o solo mais apto a seu desenvolvimento:

Para corrigir os vícios que nos levam a ferir os outros existe a moral, que é objeto da educação comum. Onde esse objetivo não for atendido, não pode subsistir uma sociedade humana. Mas, para tornar a conversação e o intercâmbio intelectual mais fáceis e agradáveis, foram inventadas as boas maneiras, que levaram adiante esse projeto. Onde quer que a natureza tenha dado ao espírito a propensão para algum vício ou a qualquer paixão desagradável [*disagreeable*] aos outros, o comportamento refinado [*refined breeding*] ensinou os homens a lutarem contra essa propensão e a preservarem em toda a sua conduta a aparência de sentimentos distintos daqueles para os quais se inclinam naturalmente.” (HUME, 2004, p. 247-248).

Passa a ser evidente que para Hume as artes e as ciências não devem se contradizer, pois são ambas bases da moralidade de uma sociedade (SIEBERT, 1990, p. 149). E os bons modos facilitam a comunicação e intercâmbio entre indivíduos, tanto dentro de uma sociedade, quanto entre sociedades distintas. Quanto à galanteria, seria um exemplo de manifestação dessa polidez. Hume acredita que o homem é naturalmente superior à mulher (HUME, 2004, p. 248-249), mas que tal superioridade seria atenuada pela galantaria, “pela generosidade em seu

comportamento e por uma deferência e complacência estudadas em relação a todas as inclinações e opiniões das mulheres” (HUME, 2004, p.249).

Novamente Hume faz analogia entre as sociedades bárbaras e as civilizadas. Naquelas, os homens escravizariam suas mulheres, bateriam nelas e as maltratariam, venderiam ou matariam; já nestas, embora o homem não abdicasse de sua autoridade, seria mais generoso, além de outras conseqüências valiosas para o convívio entre os sexos, contribuindo inclusive para um “aprimoramento [improvement] da juventude de ambos os sexos” (HUME, 2004, p. 249). Pois diferentemente de como ocorre entre os animais, no caso dos homens a satisfação do apetite corporal não é suficiente para satisfazer o espírito.

A galanteria, explica Hume, possui raízes na afeição entre os gêneros masculino e feminino tal como se encontra nas mais diferentes espécies animais. Entre os homens, tal afeição é igualmente natural, e a galanteria “é natural no mais alto grau” (HUME, 2004, p. 247). Algo como uma predisposição natural a agradar o sexo oposto através dos bons modos, da gentileza e do cultivo. Hume define a galanteria como uma paixão, embora essa expressão seja apenas timidamente esboçada no ensaio. Sabe-se da importância concedida pelo autor ao conceito de paixão, ao qual dedicou todo o livro II de seu Tratado da natureza humana, onde havia designado-a como uma impressão secundária, pois sempre derivaria de alguma sensação ou idéia precedente.

Todas as percepções da mente humana dividir-se-iam entre impressões e idéias:

A diferença entre estas consiste nos graus de força e vividez com que atingem a mente e penetram em nosso pensamento ou consciência. As percepções que entram com mais força e violência podem ser chamadas de impressões; sob esse termo incluo todas as nossas sensações, paixões e emoções, em sua primeira aparição à alma. Denomino idéias as pálidas imagens dessas impressões no pensamento e no raciocínio, como, por exemplo, todas as percepções despertadas pelo presente discurso, excetuando-se apenas as que derivam da visão e do tato, e excetuando-se igualmente o prazer ou o desprazer imediato que esse mesmo discurso possa vir a ocasionar (HUME, 2009, p. 25).

E Hume dividiu igualmente as impressões em primárias ou sensoriais, aquelas que não dependem de outras percepções, e secundárias ou reflexivas, “que procedem de algumas dessas impressões originais, seja imediatamente, seja pela interposição de suas idéias. Do primeiro tipo são todas as impressões dos sentidos, e todas as dores e os prazeres corporais; do segundo, as paixões e outras emoções semelhantes” (HUME, 2009, p. 309). As paixões seriam, para

Hume, impressões reflexivas, secundárias com relação a outras percepções anteriores, e igualmente se dividiriam em paixões violentas e calmas, e também entre diretas e indiretas.

Ao tratar das paixões no Tratado, Hume falou também sobre a paixão amorosa e sobre o amor entre os sexos, abordando tema similar ao da galanteria, que é uma paixão natural que produz afeição entre os sexos. No Tratado, Hume dizia que o afeto conhecido como o amor entre os sexos, “em seu estado mais natural, deriva da conjunção de três impressões ou paixões diferentes: a sensação agradável resultante da beleza, o apetite carnal pela geração e uma afeição generosa ou benevolência” (HUME, 2009, p. 428). A galanteria estaria certamente no âmbito dentre essas impressões ou paixões, indissolúvelmente ligada aos outros elementos da tríade. Mais amplamente desenvolvida e cultivada nas monarquias civilizadas, tal paixão é, para Hume, não obstante, alicerce da relação amorosa entre os sexos, pois constitui a afeição masculina, sexo superior, pela mulher, não exacerbando sua inferioridade, muito ao contrário.

Não obstante, a galanteria é correlata à luxuosidade, à qual Hume não concede um caráter degenerativo, ao contrário, a vê com bons olhos, pois para ele o luxo contribui para promover a moralidade, que ele acredita dever ser construída na Europa e alhures, um dos objetivos principais do desenvolvimento de uma sociedade e de um governo livre. Nos assuntos políticos, Hume reconhece, igualmente, uma enorme vantagem aos Estados que cultivam o luxo. No ensaio Do comércio, que abre a Parte II dos Ensaios morais, políticos e literários, publicada dez anos depois da primeira parte em 1752, o autor valoriza justamente a luxuosidade, dando a ela um caráter de causa para o posterior desenvolvimento de outras esferas do Estado: “Resumindo, num reino com importações e exportações em larga escala, haverá mais trabalho, e este será mais empregado em luxos e supérfluos que num reino que se contente com os seus produtos nativos. Portanto, esse reino será também mais poderoso, mais rico e mais feliz” (HUME, 2004, p. 411).

#### **4 O LUXO, A DELICADEZA DE GOSTO E A DELICADEZ DE PAIXÃO**

E quanto ao caráter positivo ou negativo do luxo, Hume explica no ensaio seguinte, chamado Do refinamento nas artes, que “luxo é uma palavra de significação incerta, que pode ser entendida no bom e no mau sentido” (HUME, 2004, p. 419). Evidentemente, Hume está a



sugerir, como demonstra uma atenta leitura de todo o conjunto de ensaios, cotejada também com as outras obras do autor, que é necessário um enorme esforço a fim de apurar e refinar a percepção para que se possa analisar a questão do luxo, do refinamento para a apreciação das artes e das ciências, do gosto e das paixões, que são, como observado na introdução do Tratado da natureza humana, produtos e produções de percepções entendidas como fonte de todas as impressões e idéias. E que a moralidade, com a qual Hume ocupa todo Livro III do Tratado, é uma teia da qual participam em sua constituição cada uma daquelas manifestações artísticas, culturais, comerciais e políticas.

Hume enaltece apenas o que chama delicadeza de gosto, e não a delicadeza de paixão. O primeiro ensaio do livro chamado justamente Da delicadeza do gosto e da paixão marca bem a diferença entre as duas noções. A delicadeza de paixão (*delicacy of passion*) é, em suas palavras, a “predisposição a ser fortemente afetado por paixões violentas em face da prosperidade ou do infortúnio, dos favores ou ofensas, honrarias ou desfeitas, e outros acidentes da vida que escapam ao nosso controle” (HUME, 2004, p. 95). Trata-se, em todo caso, de uma fraqueza, de um descontrole perante as adversidades externas ao indivíduo, que estão fora de seu controle.

Essas pessoas afeitas à delicadeza da paixão, sujeitas a serem afetadas por fatos independentes da sua vontade [*extremely sensible to all the accidents of life*], são em geral pessoas fracas, adstritas à malícia de bons favores, às honrarias etc. Para Hume, nos momentos de alegria, as pessoas sujeitas à delicadeza da paixão experimentam sensações mais sublimes e aprazíveis; no entanto, no mais das vezes, as pessoas de segundo tipo levam uma vida preferível, “pois a boa e a má fortuna dependem pouco de nossa vontade” (HUME, 2004, p. 96). As pessoas sensíveis são mais sujeitas aos dias ruins, até porque ocorrem com maior frequência, e prejudicam a satisfação com os acontecimentos comuns da vida: “aquele tipo de contentamento que constitui a maior parte de nossa felicidade” (HUME, 2004, p. 96). A sensibilidade exacerbada conduz a uma vida descontrolada e perigosa, e induz a pessoa à falsa condução de si mesma.

Já a delicadeza de gosto (*delicacy of taste*), corresponde à sensibilidade para as artes, para o galanteio, para a sensatez e polimento, que proporcionam ao homem enorme entretenimento, mas principalmente são bases fundadoras e mantenedoras da moralidade.

Embora sejam noções muito próximas, pois a delicadeza de gosto “tem o mesmo efeito que a delicadeza de paixão: Ela amplia a esfera tanto de nossa felicidade quanto de nossa miséria, e nos torna sensíveis à dor, bem como ao prazer, de uma forma que escapa ao restante da humanidade” (HUME, 2004, p. 97), o autor logo afasta as maiores similitudes, dizendo não obstante que, enquanto a delicadeza de paixão deve ser evitada a todo custo, a delicadeza de gosto deve ser buscada com o mesmo esforço. É que os acidentes bons ou maus da vida não nos dependem; já quanto à arte, às conversas, as diversões, decorrem de nossas escolhas.

É impossível atingir [attained] esse grau de perfeição [em que a felicidade seria algo totalmente independente da realidade exterior]. Mas todo homem inteligente se esforçará para vincular sua felicidade a objetos que dependem de sua vontade: e isso será atingido, justamente, pela delicadeza de sentimento [sentiment], mais que por quaisquer outros meios. Quando um homem é dotado desse talento, ele é mais feliz por aquilo que agrada ao seu gosto do que por aquilo que satisfaz seus apetites, e extrai mais prazer de um poema ou de uma conversa do que pode proporcionar o luxo mais dispendioso (HUME, 2004, p. 97-98).

O gosto para Hume não deixa de ser também uma paixão “também é uma paixão, no sentido mais amplo, mas normalmente uma paixão calma. A delicadeza nas ações, livros, obras de arte, companhias, etc.” (HUME, 2004, p. 96). Quanto maior nosso refinamento com relação às artes (delicadeza de gosto) mais hábeis estaremos, inversamente, a rejeitar a delicadeza de paixão. Voltaire reprovava os dramaturgos de seu tempo quando, interessados em agradar uma platéia feminina, reduziam suas peças a galanteios facilmente apreciados. Hume, em sentido similar, nota que as mulheres têm de fato uma maior delicadeza, tanto de gosto quanto de paixão, e que são por isso mais aptas a serem conduzidas ou seduzidas, como vimos.

É difícil determinar até que ponto estão conexas, no quadro original da mente, a delicadeza de gosto e a de paixão. Para mim, parece haver uma conexão considerável entre elas. Pois podemos observar que as mulheres, que têm paixões mais delicadas que os homens, têm também um gosto mais delicado quanto aos ornamentos da vida, vestimentas, acessórios, e as boas maneiras ordinárias de conduta. Qualquer excelência nesse âmbito atinge seu gosto muito antes que o nosso; e ao agradar seu gosto, logo são conquistadas suas afeições” (HUME, 2004, p. 98).

Das características tipicamente femininas, como a delicadeza da paixão e a delicadeza do gosto, Hume aconselha que evitemos apenas a primeira, e que nos esforcemos para conquistar a segunda. Para a compreensão do gênio, por exemplo, há tantos aspectos a considerar que somente um espírito apurado, que conquistou a delicadeza de gosto, poderia

fazê-lo. E cultivar o prazer nas ciências humanas (cultivating a relish on the liberal sciences) em geral decorre desse refinamento do gosto. No mesmo sentido, o gosto pelas polite arts (belas-arts), diz Hume, “aumenta a nossa sensibilidade para todas as paixões ternas e agradáveis; ao mesmo tempo, torna a mente incapaz de quaisquer emoções rudes ou violentas” (HUME, 2004, p. 99). E o autor enumera duas razões para que isso aconteça: primeiramente,

[...] nada é tão benéfico [improving] ao temperamento quanto o estudo das belezas, seja a poesia, a eloquência, a música ou a pintura. [...] Elas libertam a mente das pressões dos negócios e dos interesses; estimulam a reflexão; predispõem o espírito à tranqüilidade; e produzem uma agradável melancolia, que, de todas as disposições da mente, é a mais adequada ao amor e à amizade” (HUME, 2004, p. 99).

Em segundo lugar, a delicadeza de gosto é mais favorável ao amor e à amizade pois nos reservam a poucas pessoas, tornando-nos indiferentes à maior parte delas:

É raro encontrar aqueles homens que são dotados de bom senso e se destacam pelo caráter, ou apresentam aquelas imperceptíveis diferenças ou gradações que tornam um homem preferível a outro. [...] Alguém que tenha digerido bem o seu conhecimento, tanto dos livros quanto dos homens, só encontra alegria verdadeira na companhia de poucas e selecionadas pessoas. Ele sente muito intensamente como o resto da humanidade é indiferente às noções que lhe são importantes. E, ficando suas afeições confinadas a um círculo estreito, não é de se admirar que as leve mais longe do que se elas fossem mais gerais e indiferenciadas. A alegria e a diversão de uma companhia de copo [bottle companion – drinking friend] se transformam numa sólida amizade: e os ardores de um apetite juvenil se transformam numa paixão elegante (HUME, 2004, p. 100).

## 5 A DECADÊNCIA DAS ARTES E DAS CIÊNCIAS

Encaminhando-se para o fechamento de seu ensaio, Hume enuncia uma quarta e última observação:

**4ª observação:** “Que, quando as artes e as ciências chegam à perfeição em qualquer estado, a partir desse momento naturalmente, ou melhor, necessariamente, entram em decadência e raramente ou nunca voltam a ser o que eram nessa nação onde originalmente floresceram” (HUME, 2004, p. 251).

Tal afirmação não é muito evidente. Hume se esforçará por comprovar, inclusive historicamente, que os povos que atingiram algum esplendor nas artes e ciências, após esse momento de ápice, decaíram, ou nunca voltaram a produzir gênios equiparáveis. Mais

preocupado em descobrir as causas disso do que apenas em comprová-las por suas pesquisas históricas, Hume dirá que tal fato é atribuível aos seguintes argumentos: quando um gênio passa a ser cultuado num estado, os outros, mesmo que sejam grandes, perto dele não chegam sequer a causar interesse pelos conterrâneos mais cultos, quanto mais para estrangeiros. E sem serem louvados ou glorificados, os jovens autores seriam inibidos a continuar sua produção intelectual, secando as raízes de uma planta em ascensão.

Além disso, as produções de gênios vizinhos quando entram num determinado país tendem a diminuir o cultivo de seus próprios artistas, quando sequer conseguem igualar seus concorrentes estrangeiros (caso da pintura italiana cultivada pelos ingleses, da cultura grega que exerceu influência sobre a romana, da literatura francesa perante às outras nações européias). E ao concluir o ensaio, Hume prossegue sua analogia com as plantas, dizendo que necessitam não apenas de solo fértil para que cresçam, mas também que, uma vez esgotado tal solo, dificilmente voltarão a deitar nele suas raízes.

## **5 CONCLUSÃO PELO EQUILÍBRIO DA MORALIDADE**

Com efeito, Hume não apenas exalta um modo de vida refinado, uma apuração do gosto, uma crescente vida simples e dotada à sutileza e ao cultivo das boas maneiras, da moralidade, do polimento. Quanto à sua escrita, eis que constitui fiel cumprimento aos preceitos que elogiava, unindo sua ensaística e estilo próprios à sua peculiar maneira de entender o papel do filósofo no mundo, defendendo uma escrita simples, que se limite a reproduzir a natureza, que não seja sobrecarregada de ornamentos e atrativos, que só vem a tumultuar o que se quer realmente dizer. Noutro ensaio, intitulado *Da simplicidade e do refinamento da escrita*, o autor mais uma vez fez menção à delicadeza do gosto, reconhecendo que a arte de escrever também deve ser a ele submetida:

Se a sua linguagem [dos oradores, críticos ou quaisquer outros autores que falem em seu próprio nome, sem apresentar outros personagens ou atores] não for elegante, se suas observações não forem incomuns, se o seu sentido não for forte e viril, ele exaltará em vão a sua naturalidade e a sua simplicidade (HUME, 2004. p. 324).

É necessário alcançar um equilíbrio entre o requinte e a simplicidade, e quando isso não for possível, é preferível a simplicidade. Entre o luxo, o refinamento, a galanteria,

características das monarquias civilizadas, e a utilidade, o conhecimento, o gênio, e cultivo das ciências, característica das repúblicas, eis que Hume tenciona encontrar um equilíbrio, com vistas a constituir o que para ele está dentre os principais alicerces que devem nortear as ações humanas, a moralidade. E nem sempre uma república é capaz de atingi-lo, ainda que, em sua generalidade, seja um governo mais apto a produzir a liberdade do que as monarquias, o que o autor sempre procurou igualmente frisar.

### REFERÊNCIAS

HUME, D. **Essays Moral, Political, Literary**. Indianapolis: Liberty Fund 1987.

HUME, D. **Ensaio morais, políticos e literários**. Trad. Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

HUME, D. **Tratado da natureza humana**. Trad. Deborah Danowski. São Paulo: UNESP, 2009.

SIEBERT, Donald T. **The moral animus of David Hume**. New York: Associated University Presses, 1990.